

Buracos se assemelham a entradas de cavernas

Igarassu esconde tesouro arqueológico no subsolo

Um mundo subterrâneo pouco conhecido pelos arqueólogos está sendo desvendado por moradores de Igarassu, na Região Metropolitana do Recife. Mais de quatro buracos semelhantes a entradas de cavernas foram encontrados por trabalhadores rurais nas proximidades da Granja Santa Helena e Usina São José, compondo um conjunto de formações arenosas que provavelmente serviram de abrigo a povos indígenas.

Há registros destas formações subterrâneas em publicações do arqueólogo François Laroche, professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Ele garante que houve ocupação indígena. "Possivelmente os buracos foram utilizados há cerca de 12 mil anos por índios conhecidos como o grupo de Itaparica", explica o professor. Durante sua pesquisa, realizada há mais de 15 anos, o arqueólogo encontrou vestígios de fogueira, osso e material lítico (pedras).

Estes índios certamente chegaram até a América Latina há 15 mil anos pelo Estreito de Bering, durante a última grande glaciação, quando houve redução de 1200 metros do Oceano Atlântico, permitindo travessias de grupos aborígenes siberianos. O estreito de

Bering separa a América da Ásia. Desde que foram encontrados vestígios destes povos no Nordeste, em 1966, os índios ficaram conhecidos como Itaparica, região onde foram localizados os vestígios fósseis do grupo. Os índios de Ita-

parica eram caçadores nômades e ocuparam cinco Estados nordestinos.

O coordenador do laboratório de arqueologia da UFPE, Marcos Albuquerque, discorda da ocupação humana nos bura-

Alex Brogo



Os buracos se assemelham a entradas de cavernas

cos encontrados em Igarassu. Ele também pesquisou o local e, num trabalho de reconhecimento, não encontrou vestígios humanos. "Talvez com escavações cheguemos a alguma coisa", diz o arqueólogo.

Casario passa por reforma

Apesar de ter destruído em março o calçamento de pedras calcárias do centro histórico de Igarassu, a Prefeitura está se empenhando agora na recuperação dos monumentos e casario colonial do município, que completou 458 anos em 27 de setembro. Dentro do projeto de revitalização já reconstruiu duas casas que estavam em ruínas e está empregando tijoleiras (lajotas de cerâmica) e paralelepípedos espelhados nas calçadas.

O diretor de Patrimônio da Prefeitura, Jorge Barreto, não sabe precisar quanto está sendo gasto nas obras, mas garante que tudo segue as orientações do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). "Isso torna os serviços mais onerosos", explica o historiador. O projeto de urbanização das ruas foi elaborado pela administração municipal e é semelhante à proposta apresentada pela coordenadoria regional do IBPC. A ideia é se deixar as laterais em pedras e implantar uma faixa de asfalto no centro das ruas, unindo o antigo e o moderno. As pedras retiradas do calçamento no início do ano serão empregadas na rua onde está localizada a sede da Prefeitura.



A prefeitura está empenhada na recuperação do calçamento

Igreja de Maranguape tombada como patrimônio histórico de Pernambuco

A Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres em Maranguape, Paulista, foi tombada pelo Governo do Estado. O monumento, construído em 1656 em comemoração à vitória contra os invasores holandeses, dois anos depois da famosa batalha dos Montes Guararapes, hoje se encontra em ruínas. O sítio histórico já está inserido em zona de proteção ambiental.

O polígono de tombamento compreende as ruínas da igreja e casa paroquial, edificações, vestígios e cobertura vegetal remanescente. Nas proximidades há ainda vestígios da casa de João Fernandes Vieira, um dos heróis da restauração pernambucana, a quem se atribui a construção da igreja como ex-voto à Nossa Senhora dos Prazeres pela derrota dos flamengos. O monumento, no entanto, foi incendiado em 1956, 300 anos depois de sua construção. Na época a igreja estava sendo inventariada pelo Sphan/Pró-Memória para um provável tombamento e al-

gumas pessoas chegaram a acusar a família Lundgren, até hoje proprietária das terras, pelo acidente.

Embora grande parte do material desagregado pelo incêndio permaneça no local, o Governo do Estado desaconselha a restauração da igreja e casa paroquial. A Prefeitura de Paulista, por sua vez, quer recuperar as edificações e restituir seu uso religioso. As obras estão avaliadas em 65 mil dólares (cerca de CR\$ 13 milhões) pela Secretaria Municipal de Turismo.

O tombamento vai valorizar ainda mais o imóvel, que até hoje é visitado pela população de Paulista, inclusive para a celebração de cerimônias religiosas ao ar livre. O Conselho Estadual de Cultura baixou a resolução declaratória de tombamento no dia 3 e o processo já foi despachado pelo secretário de Educação, Roberto Pereira, faltando apenas a publicação no Diário Oficial do decreto homologatório do governador Joaquim Francisco.